

Ministro insiste no IPMF

O ministro da Saúde, Adib Jatene, não concorda com a proposta do senador Pedro Piva (PSDB-SP), de aumentar o imposto cobrado sobre a venda de cigarros e bebidas para garantir mais recursos para a saúde pública. "Defendemos o aumento da alíquota do Cofins (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) para inibir o consumo desses produtos e não para resolver o problema da saúde, que virá através do imposto sobre cheques, o IPMF, como contribuição", afirmou Jatene.

O ministro viajou ontem para São Paulo otimista com a solução anunciada pelo Governo, de tomar um empréstimo emergencial de R\$ 250 milhões do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) para a saúde, que seria pago com recursos do IPMF. "A aprovação do IPMF agora está bem encaminhada", acredita Jatene, que ontem recebeu a visita da presidente do Conselho do Programa Comunidade Solidária, Ruth Cardoso.

Rombo — Depois de três semanas de atritos com a área econômica, contrária à utilização do

IPMF para cobrir o rombo da saúde, a assessoria do ministro avalia que o Governo se convenceu de que não há outra saída para cobrir os R\$ 6 bilhões que o setor precisa para fechar as contas de 95. Mesmo reconhecendo que a área de saúde tem sido a mais privilegiada no repasse de recursos pelo Ministério do Planejamento, como alegou o ministro José Serra, os técnicos da área apresentam números para mostrar que precisam de mais dinheiro.

O orçamento aprovado para 95 é de R\$ 13,9 bilhões. Desse total, R\$ 7,1 bilhões estão comprometidos com o pagamento do aumento dos servidores em janeiro, pagamento de dívidas de 94, pagamento de hospitais e dívidas com o FAT referentes a 92 e 93. Nessas despesas não está incluído o aumento de 45% para o pagamento dos hospitais, previsto para o segundo semestre. "Não há recursos no orçamento para evitar que programas estratégicos como a multivacinação, erradicação da malária, da hanseníase e do sarampo fiquem comprometidos", afirmou um técnico do ministério.